

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

BOLETIM | **01**
FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças do Estado do Espírito Santo

4º Bimestre 2011

Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN

Adriano do Carmo Santos
Economia do Setor Público e do Bem-Estar
Kamila Ghelardi Baião
Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Secretaria de Estado da Fazenda

André Luiz Fundação Maioli
Gerência de Finanças
Daniel Corrêa
Gerência de Finanças
Julierme Gomes Tosta
Gerência de Finanças
Marcus Monte Mor Rangel
Gerência de Finanças

Vitória, outubro 2011

Sumário

Apresentação	03
1. Sumário Executivo	04
2. Receitas	05
2.1. Receita Tributária	09
2.1.1. ICMS	11
2.1.2. IPVA	14
2.2. Transferências Federais	14
2.2.1. Fundo de participação dos estados (FPE)	15
2.2.2. Royalties de petróleo e gás	15
3. Despesas	16
3.1. Pessoal e Encargos Sociais	20
3.2. Outras Despesas Correntes	21
3.2.1. Transferências a Municípios	22
3.2.2. Serviços de Terceiros	23
3.3. Investimentos	23

Apresentação

Recentemente, o Estado do Espírito Santo passou por um vigoroso ajuste fiscal, que contribuiu para intensificar o crescimento econômico, através de elevados níveis de investimento público.

No entanto, a elevada volatilidade da economia capixaba, as possibilidades de reforma tributária e de mudanças na legislação dos recursos repartidos pela União com os estados reforçam a idéia de que o ajuste fiscal deve ser visto como um processo permanente.

Para tanto, é essencial o conhecimento das características e da evolução dos principais recursos e dispêndios do Estado. É nesse contexto que se insere a presente publicação, que pretende ser um instrumento permanente de avaliação das finanças públicas do Espírito Santo.

Elaborada conjuntamente pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ-ES) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o documento traz uma análise bimestral da evolução da receita realizada e da despesa paga do Estado no período de janeiro de 2010 a agosto de 2011.

Para que os valores dos diferentes períodos fossem comparados sem as distorções causadas pelo processo inflacionário, os dados monetários foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto de 2011, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



1. Sumário Executivo

Nos últimos meses uma série de ameaças tem pairado sobre as receitas do Estado. Alterações na legislação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) patrocinadas pela União para tentar acabar com a guerra fiscal entre os Estados; mudanças na repartição das receitas de royalties de petróleo e gás em pauta no Congresso Nacional; e alteração nos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) determinada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Além das mudanças na legislação, existe a possibilidade de que a crise pela qual passa o continente europeu, o Japão e os Estados Unidos afete a economia nacional e, principalmente, a capixaba devido sua forte conexão com o comércio exterior. Nessa situação, a queda do nível de atividade econômica reduziria a base de tributação tanto das receitas partilhadas pela União como aquelas arrecadadas diretamente pelo Estado.

Contrariando os indícios de dificuldades financeiras no futuro próximo, o desempenho da execução orçamentária do Espírito Santo foi bastante favorável nos primeiros oito meses de 2011. Embora num ritmo menos acentuado que o do ano anterior, a expansão da economia conjugada à apreciação cambial sustentou o aumento da receita estadual.

Os dados exibem uma trajetória de crescimento mais acelerada da receita comparativamente à despesa. Com isso, o resultado nominal, diferença entre a receita e a despesa, foi positivo do 1º ao 3º bimestre de 2011 e equilibrado no 4º bimestre (Tabela 01). No acumulado do ano o resultado nominal totalizou R\$ 812 milhões valor quatro vezes maior que o acumulado no mesmo período do ano anterior.



Tabela 01
Evolução do resultado nominal

Bimestre	Receita total	Despesa total	Resultado nominal
	<i>em R\$ milhões - IPCA de agosto de 2011</i>		
1º bim 2010	1.946,0	1.527,9	418,1
2º bim 2010	2.065,6	2.009,8	55,7
3º bim 2010	2.046,4	2.112,6	-66,2
4º bim 2010	2.110,6	2.315,4	-204,8
5º bim 2010	2.250,2	2.162,0	88,2
6º bim 2010	2.298,0	2.682,2	-384,3
1º bim 2011	2.131,0	1.624,6	506,4
2º bim 2011	2.255,4	2.119,9	135,4
3º bim 2011	2.466,9	2.279,5	187,4
4º bim 2011	2.376,2	2.393,5	-17,3

Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Embora seja bastante elevado, esse saldo deve diminuir significativamente no final do ano, por duas razões. Em primeiro lugar, a despesa estadual costuma ser muito maior que a receita em dezembro. Em segundo lugar, o aumento da receita deve ser mais moderado, em linha com o esperado para a atividade econômica.

Portanto, os gastos devem continuar sendo efetuados com cautela para que o Estado possa encerrar o ano com suas contas equilibradas.

2. Receitas

De acordo com a Lei 4.320/64 a receita orçamentária é classificada, segundo a categoria econômica, em receita corrente e receita de capital. Elas podem ser desdobradas em diversos níveis que evidenciam sua origem. A Tabela 02 exibe de forma bastante agregada alguns itens, do Plano de Contas estadual, por bimestre comparativamente ao mesmo período do ano anterior.



Tabela 02
Comparativo bimestral da receita estadual

Receitas	Em R\$ milhões - IPCA de agosto de 2011									
	1º bimestre		2º bimestre		3º bimestre		4º bimestre		Acumulado	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Receita Corrente	1.916,9	2.122,2	2.032,3	2.228,1	2.087,7	2.429,0	2.024,9	2.328,0	8.061,8	9.107,3
Receita Tributária	1.346,9	1.479,4	1.465,7	1.613,7	1.449,3	1.666,5	1.399,0	1.575,8	5.660,8	6.335,4
IRRF	46,2	53,8	58,0	59,3	57,7	67,1	62,9	65,1	224,8	245,3
IPVA	19,5	23,4	121,4	121,4	129,7	136,9	32,0	32,8	302,6	314,4
ITCD	2,8	3,0	3,6	3,8	3,5	5,3	4,1	4,7	14,0	16,8
ICMS	1.238,2	1.351,7	1.234,0	1.383,1	1.211,0	1.405,7	1.224,7	1.393,6	4.907,9	5.534,0
Taxas	40,3	47,6	48,6	46,1	47,3	51,5	75,3	79,7	211,5	224,9
Receita de Contribuições	37,7	29,3	38,3	39,1	31,7	41,3	36,5	40,7	144,2	150,4
Receita Patrimonial	44,0	44,1	50,3	66,9	55,9	65,0	60,3	77,8	210,5	253,7
Receita Agropecuária	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,3
Receita Industrial	1,4	0,9	2,2	1,6	1,5	1,4	1,5	1,4	6,6	5,3
Receita de Serviços	3,6	6,9	5,4	4,5	7,1	5,2	5,2	4,7	21,3	21,2
Transferências Correntes	454,3	523,0	433,6	460,3	508,8	610,6	478,1	586,8	1.874,8	2.180,7
FPE	131,7	175,3	116,9	135,8	145,5	167,6	116,3	136,8	510,4	615,6
Royalties + PE + FEP	80,1	104,7	30,0	42,2	101,9	171,2	105,8	201,0	317,8	519,0
Royalties	20,3	38,7	29,6	41,7	39,1	46,8	38,5	47,7	127,5	174,9
Participação Especial	59,4	65,5	0,0	0,0	62,4	123,8	66,8	152,8	188,6	342,0
FEP	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,6	1,7	2,0
SUS	71,0	61,0	76,9	83,1	77,1	71,8	76,4	67,1	301,4	282,9
FUNDEB	104,3	101,7	123,4	126,3	125,9	134,7	106,9	116,2	460,6	479,0
Outras receitas correntes	29,0	38,5	36,7	42,1	33,5	38,9	44,3	40,7	143,6	160,2
Receita de Capital	32,5	41,3	32,6	39,3	33,7	48,9	82,4	45,4	181,2	175,0
Operações de Crédito	14,0	20,9	14,6	17,9	13,8	24,7	64,7	4,0	107,2	67,5
Alienação de Bens	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,9	0,1	1,4
Amortização de Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de Capital	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,9	1,3	14,9
Outras receitas de capital	17,1	20,4	18,0	21,0	19,9	24,1	17,6	25,7	72,6	91,2
Receitas Intra-orçamentárias	181,5	175,1	190,2	201,1	141,4	209,3	187,1	207,4	700,1	792,9
Deduções da receita	-184,9	-207,5	-189,5	-213,2	-216,4	-220,2	-183,8	-204,6	-774,6	-845,5
Receita total deduzida	1.946,0	2.131,0	2.065,6	2.255,4	2.046,4	2.466,9	2.110,6	2.376,2	8.168,6	9.229,6

Fonte: SEFAZ-ES.

Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

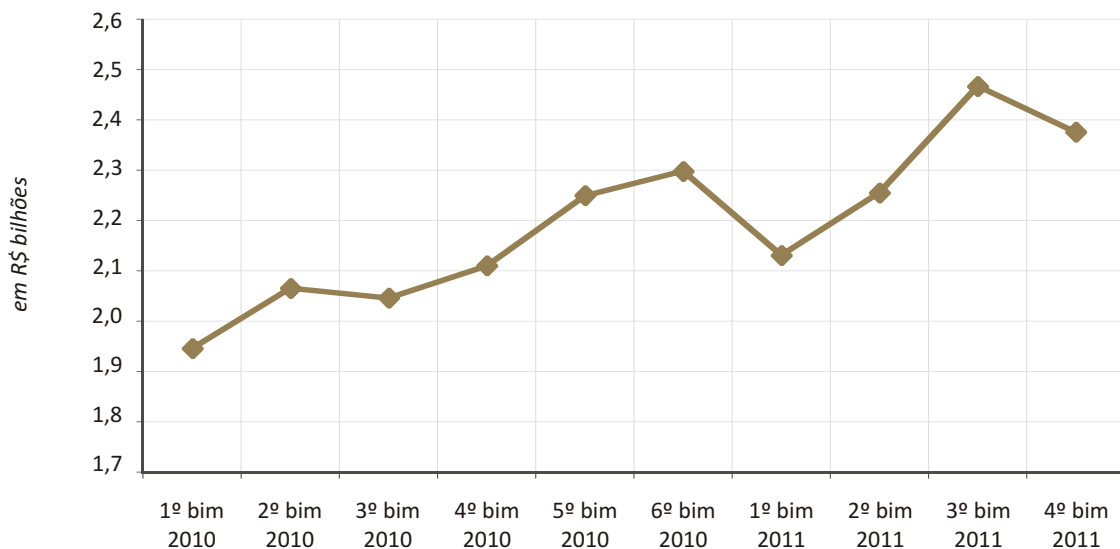


A evolução mensal da receita reflete de um lado, o nível de atividade econômica do Estado e do Brasil através da arrecadação de impostos e do recebimento de transferências, respectivamente. De outro lado, espelha fatores institucionais, como o aperfeiçoamento da administração fazendária e a legislação que rege o recolhimento de tributos nas esferas estadual e federal.

Ao longo do exercício financeiro a receita do Espírito Santo flutua significativamente devido a legislação tributária. Dentro do Estado o exemplo clássico é do IPVA, cuja norma estabelece os meses de abril, maio e junho para seu recolhimento. Entre os repasses da esfera federal, o destaque é o repasse da compensação financeira do petróleo e gás natural denominada Participação Especial (PE). Esses recursos são pagos trimestralmente quando há grande volume de produção ou rentabilidade nos campos petrolíferos do Estado.¹

Portanto, a observação da receita estadual bimestralmente, como feito nesse boletim, exige uma comparação com o mesmo período do ano anterior para captar a influência da atividade econômica, pois confrontar bimestres do mesmo ano resultará, na maioria das vezes, em variações oriundas da legislação tributária estadual e nacional.

Gráfico 01
Evolução bimestral da receita estadual



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

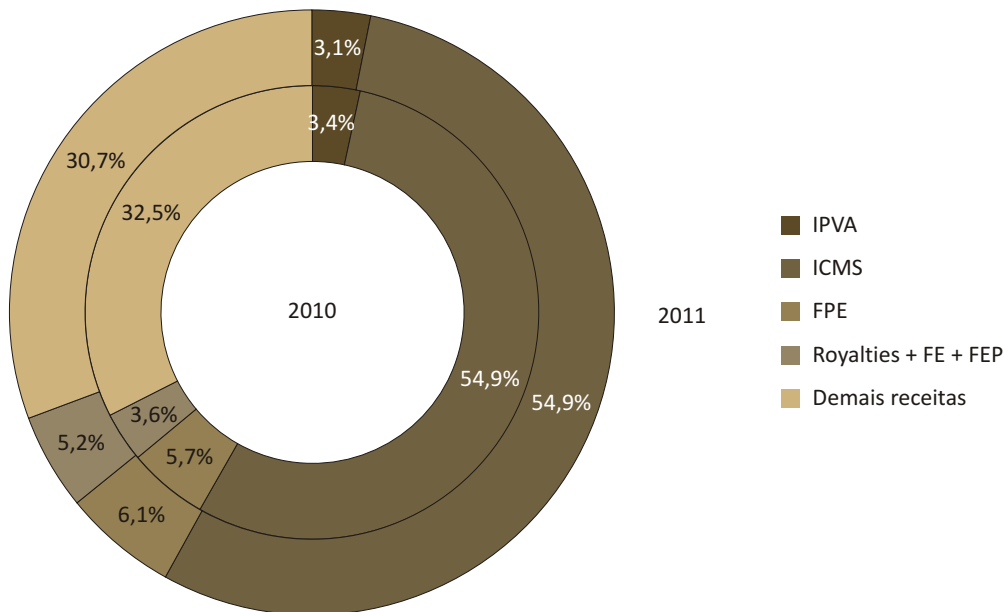
No 4º bimestre de 2011 a receita do Estado do Espírito Santo foi de R\$ 2,38 bilhões. Esse valor foi o segundo maior da série bimestral iniciada em 2010 (Gráfico 01). No acumulado de janeiro a agosto os recursos do Estado totalizaram R\$ 9,23 bilhões (Tabela 02), 13% a mais que o mesmo período do ano anterior.

¹ Decreto nº 2.705 de 3 de agosto de 1998. <http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=anp:10.1048/enu>.



Embora o plano de contas conte com numerosas rubricas, mais de dois terços dos recursos do Estado originam-se de apenas quatro itens: ICMS, FPE, receitas do petróleo e IPVA (Gráfico 02). Portanto, a evolução da receita estadual é bastante influenciada pelo comportamento dessas contas, particularmente o ICMS, que tem respondido por 54,9% do total.

Gráfico 02
Composição da receita orçamentária do Espírito Santo

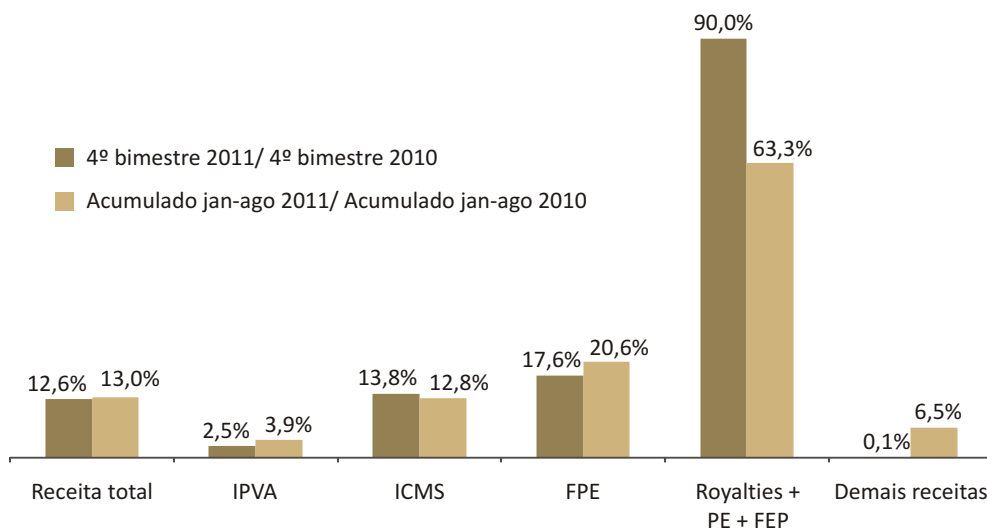


Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Os componentes mais importantes da receita estadual avançaram nas duas bases de comparação mostradas no Gráfico 3. O comportamento de cada um deles é abordado com mais detalhes nas seções que se seguem.



Gráfico 03
Taxa de crescimento da receita total e dos seus principais itens



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

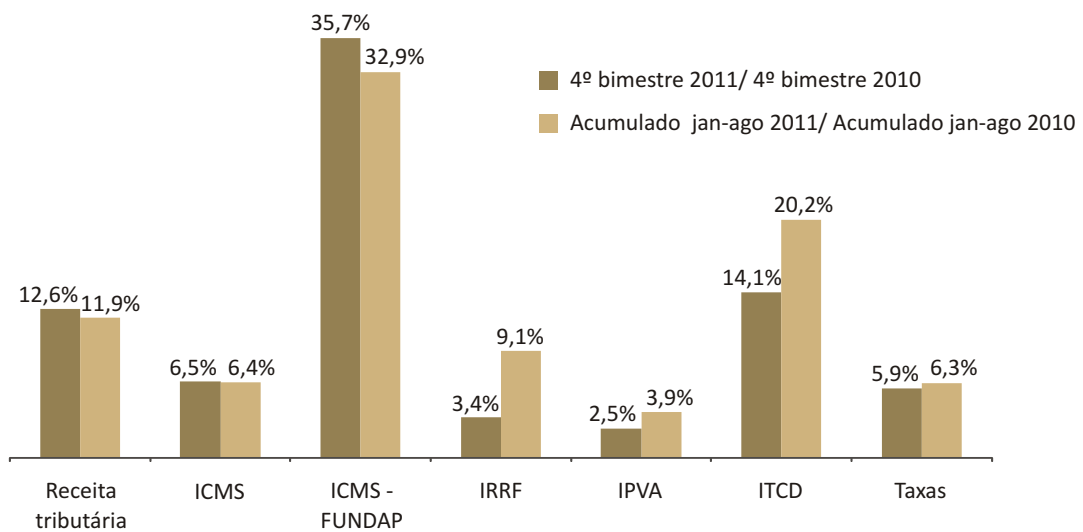
Entre os demais itens da receita, vale destacar os aumentos da receita patrimonial na comparação com o mesmo período do ano anterior e no acumulado do ano (Tabela 01). Já a receita de capital que vinha superando os resultados do ano anterior até o 3º bimestre, foi significativamente menor no 4º bimestre devido à forte base comparativa representada pelo mesmo período de 2010, no qual ingressaram recursos da ordem de R\$ 64,7 milhões a título de operações de crédito.

2.1. Receita Tributária

Seja na comparação entre os 4º bimestres ou no acumulado dos anos de 2010 e 2011, a receita tributária e seus itens apresentaram elevação (Gráfico 4).



Gráfico 04
Taxa de crescimento dos tributos



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Impulsionada pela arrecadação do ICMS FUNDAP a receita tributária estadual obteve um bom desempenho nos primeiro oito meses do ano atingindo R\$ 6,33 bilhões. Em termos reais, isso correspondeu a um aumento de 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entretanto, ao desconsiderar o ICMS FUNDAP da base de arrecadação o acréscimo cai para 6,4%. Isso significa que o ICMS importação, com uma expansão de 32,9%, foi o maior responsável pelo crescimento da receita tributária em 2011.

O ITCD apresentou a segunda maior taxa de expansão tanto no acumulado do ano como no confronto entre os 4º bimestres, com 20,2% e 14,1%, respectivamente. Todavia, devido a sua baixa representatividade, esse aumento teve pouco impacto sobre a arrecadação tributária. Entre as demais fontes, o ICMS, exceto o FUNDAP, avançou aproximadamente 6,5% nas duas bases de comparação, enquanto as Taxas cresceram em torno de 6%.

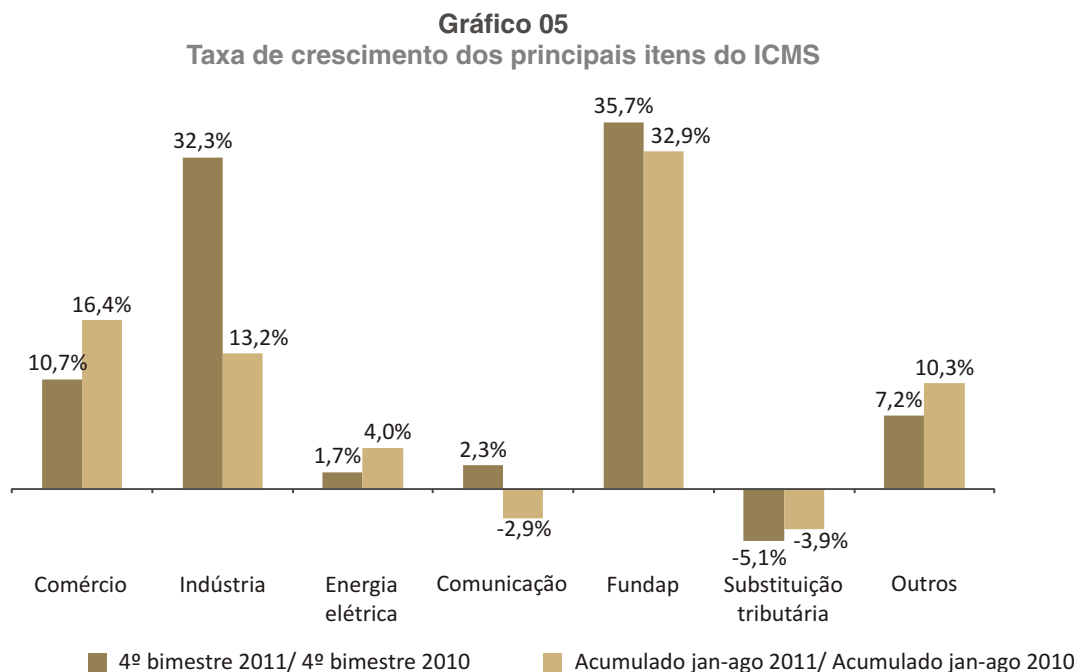
A receita proveniente do IRRF exibiu um bom incremento no acumulado de janeiro a agosto de 2011 frente à igual período do ano anterior, com 9,1%. Entretanto, apresentou a segunda menor elevação (3,4%), quando se confronta os 4º bimestres dos dois anos. Esse aumento foi superior ao do IPVA, tributo que menos cresceu em ambas as bases de comparação, 2,5% e 3,9%, respectivamente.



2.1.1. ICMS

Entre janeiro e agosto de 2011 o ICMS arrecadado pelo Estado do Espírito Santo atingiu o montante de R\$ 5,53 bilhões, o que significou recursos adicionais de R\$ 626,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

A exceção dos itens substituição tributária e comunicação, todos os componentes do ICMS apresentaram acréscimos no acumulado de janeiro a agosto de 2011 frente ao mesmo período do ano anterior. Na comparação entre os 4º bimestres dos dois anos, somente os recursos oriundos do recolhimento por substituição tributária não mostraram avanço (Gráfico 5).



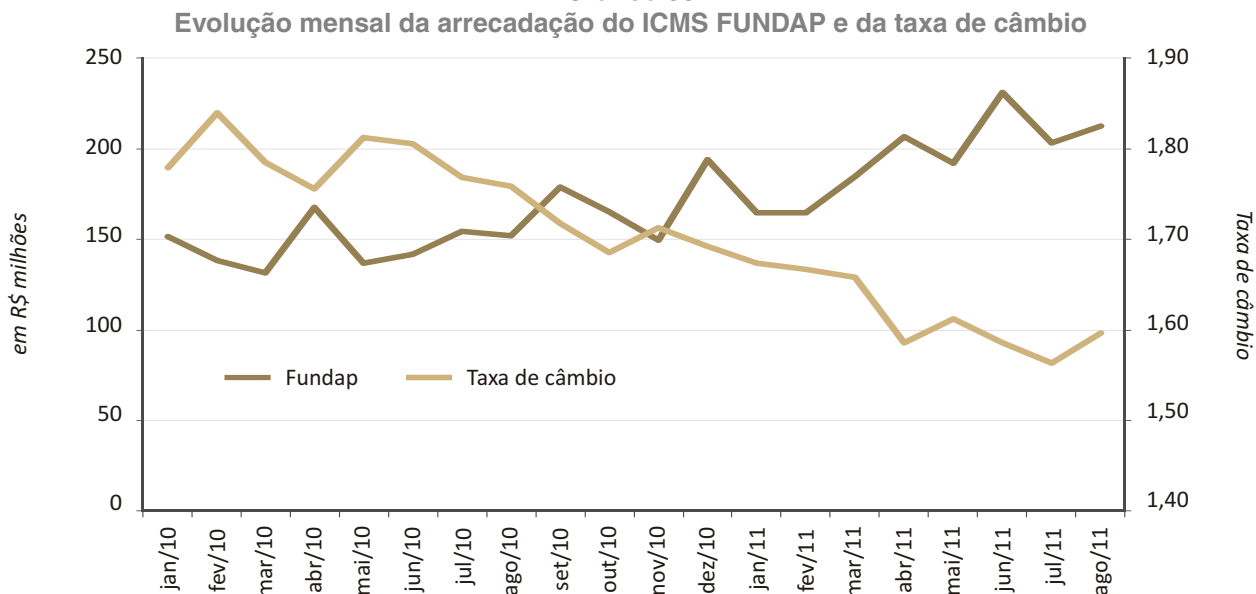
Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

O ICMS FUNDAP foi o item que sustentou o crescimento da arrecadação bruta de tributos, seu desempenho teve clara influência do processo de apreciação do real frente ao dólar (Gráfico 6). A queda na taxa de câmbio elevou o volume de mercadorias desembaraçadas nos portos capixabas² contribuindo para maior arrecadação do imposto.

² De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as importações do Estado do Espírito Santo aumentaram 44% na comparação de janeiro a agosto de 2011 contra o mesmo período de 2010. <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>.



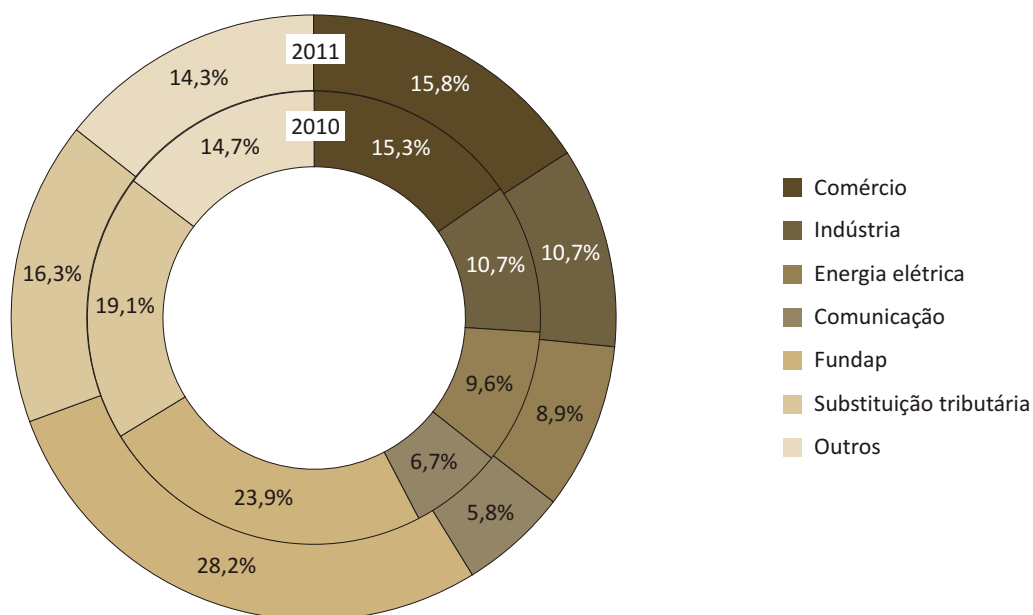
Gráfico 06



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Como efeito da forte expansão do ICMS FUNDAP, sua participação no total do ICMS avançou de 23,6% em janeiro de 2011 para aproximadamente 30% entre junho e agosto do mesmo ano. No acumulado do ano a participação do FUNDAP no total é de 28,2% contra 23,9% do ano anterior. No mesmo período, as outras categorias de ICMS perderam importância relativa, com exceção do comércio, que teve um pequeno aumento, e da indústria cujo peso permaneceu constante (Gráfico 7).

Gráfico 07
Composição do ICMS em 2010 e 2011



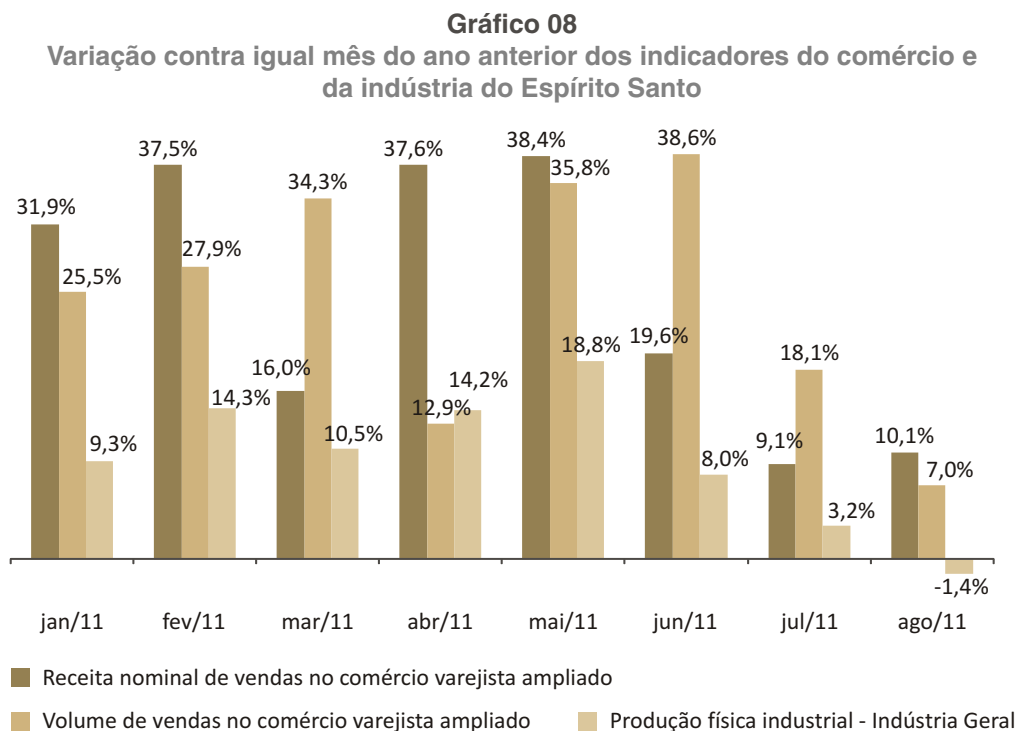
Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.



O aumento da arrecadação tributária via FUNDAP torna mais vulnerável a posição orçamentária do Espírito Santo, pois após o financiamento às empresas e a dedução da participação dos municípios, somente o resíduo bruto de 8,33% fica no cofre estadual. Ou seja, a expansão desses recursos eleva pouco à receita disponível do Estado.

Ademais, na atual conjuntura, o avanço do ICMS FUNDAP adiciona um elemento de instabilidade no planejamento orçamentário municipal. Em primeiro lugar, pelas propostas de reforma tributária que visam a impedir a guerra fiscal do ICMS entre os Estados, o que atingiria em cheio incentivos como o FUNDAP. Em segundo, pela possibilidade de ocorrer uma nova crise mundial cujo efeito esperado seria o aumento da taxa de câmbio e conseqüente redução das importações, o que reduziria significativamente à receita repassada aos municípios.

Além do FUNDAP, destacaram-se os aumentos do ICMS recolhido junto à indústria e ao comércio. Essas elevações acompanharam o nível de atividade econômica desses setores no Estado relativamente ao ano anterior. Conforme mostram as pesquisas do IBGE, os indicadores da produção física industrial e do comércio varejista ampliado do Espírito Santo cresceram em todos os meses de 2011 na comparação com o mesmo mês do ano anterior (Gráfico 8). A única exceção foi o desempenho da indústria em agosto, que deve repercutir na arrecadação dos meses seguintes.



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.



2.1.1. IPVA

O IPVA é a quarta principal fonte de receita estadual. Entre janeiro e agosto de 2011, ele totalizou R\$ 314,4 milhões, o que representou um aumento de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O avanço do IPVA acompanha o incremento do estoque de veículos licenciados no território capixaba. De acordo com os dados do Denatran, esse número cresceu 5,2% no mesmo período. A baixa expansão do imposto pode ser explicada pelo fim da redução temporária das alíquotas do IPI sobre automóveis a partir de 31 de março de 2010.

2.2. Transferências Federais

A receita oriunda de transferências do Estado do Espírito Santo aumentou significativamente em relação ao mesmo período de 2010. Nos primeiros oito meses o crescimento real foi de 16,3% em relação a igual período do ano anterior (Tabela 3).

Tabela 03
Transferências recebidas entre janeiro e agosto

Itens	2010	2011	Variação
	em R\$ milhões – IPCA de agosto de 2011		
FPE	510,4	615,6	20,6%
Royalties + PE + FEP	317,8	519,0	63,3%
Royalties	127,5	174,9	37,2%
Participação Especial	188,6	342,0	81,4%
FEP	1,7	2,0	17,8%
Outras transferências	1.046,6	1.046,1	0,0%
Transferências Correntes	1.874,8	2.180,7	16,3%

Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.



2.2.1. Fundo de participação dos estados (FPE)

O FPE é formado por 21,5% da arrecadação líquida do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda (IR), conforme definido na Constituição Federal (artigo 159, I,b). Portanto, seu desempenho está relacionado ao aumento da arrecadação desses tributos pela União.

Entre janeiro e agosto de 2011, a arrecadação federal³ de IR cresceu, em termos reais, 16,7% em relação ao mesmo período de 2010. O recolhimento no segmento das pessoas físicas registrou alta de 22,8% e o das pessoas jurídicas teve um acréscimo de 16,4%. Este último puxado pelas entidades financeiras (26,1%). No mesmo período, o IPI assinalou um expressivo incremento de 14,8%, com destaque para os setores vinculados à importação (11,7%), automóveis (36,8%) e o grupo outros (15,9%).

A ampliação de sua base de formação elevou os recursos recebidos a título de FPE em 20,6% entre janeiro e agosto de 2011, frente ao mesmo período do ano anterior. Com isso, os repasses do fundo totalizaram R\$ 615,6 milhões (Tabela 03), o que lhe confere o posto de segunda receita mais importante do Estado, atrás apenas do ICMS.

2.2.2. Royalties de petróleo e gás

Apesar da importância do FPE nas receitas do Estado, o destaque entre os recursos de transferências foi o crescimento das receitas da compensação financeira sobre a exploração de petróleo e gás (royalties, participação especial e fundo especial do petróleo), que alcançou 519 milhões no acumulado de janeiro a agosto de 2011, o que significou um aumento de 63,3% em relação a 2010.

Esse aumento da receita de royalties pode ser explicado pelo bom momento da produção de petróleo nas bacias do Espírito Santo em campos petrolíferos que se localizam tanto em terra quanto em mar. Conforme o Boletim Mensal de Produção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP), o aumento na produção nas Bacias do Estado foi muito significativo, quase 70% maior que 2010.

³ Ministério da Fazenda. Secretária da Receita Federal. Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Agosto de 2011. <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2011/Analisemensalago11.pdf>.



Tabela 04
Evolução da produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo

Mês	Petróleo			Gás natural		
	Barril equivalente de petróleo (bep)		Variação 2011/2010	Barril equivalente de petróleo (bep)		Variação 2011/2010
	2010	2011		2010	2011	
Janeiro	5.189.450	9.456.689	82,2%	31.972	137.402	329,8%
Fevereiro	4.939.086	8.749.966	77,2%	41.060	93.488	127,7%
Março	5.962.702	9.534.025	59,9%	19.866	132.209	565,5%
Abril	5.949.232	9.091.582	52,8%	36.473	133.831	266,9%
Maió	6.386.717	9.658.709	51,2%	49.446	137.617	178,3%
Junho	6.446.108	9.706.582	50,6%	54.376	147.376	171,0%
Julho	7.369.906	9.790.236	32,8%	49.027	141.074	187,7%
Agosto	7.460.096	9.596.803	28,6%	43.740	170.965	290,9%

Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

A receita de royalties cresceu acentuadamente, entretanto, o resultado mais expressivo foi da receita proveniente da Participação Especial (Tabela 3). Em maio, o valor recebido (R\$ 123,7 milhões) correspondeu a mais do que o dobro previsto.

3. Despesas

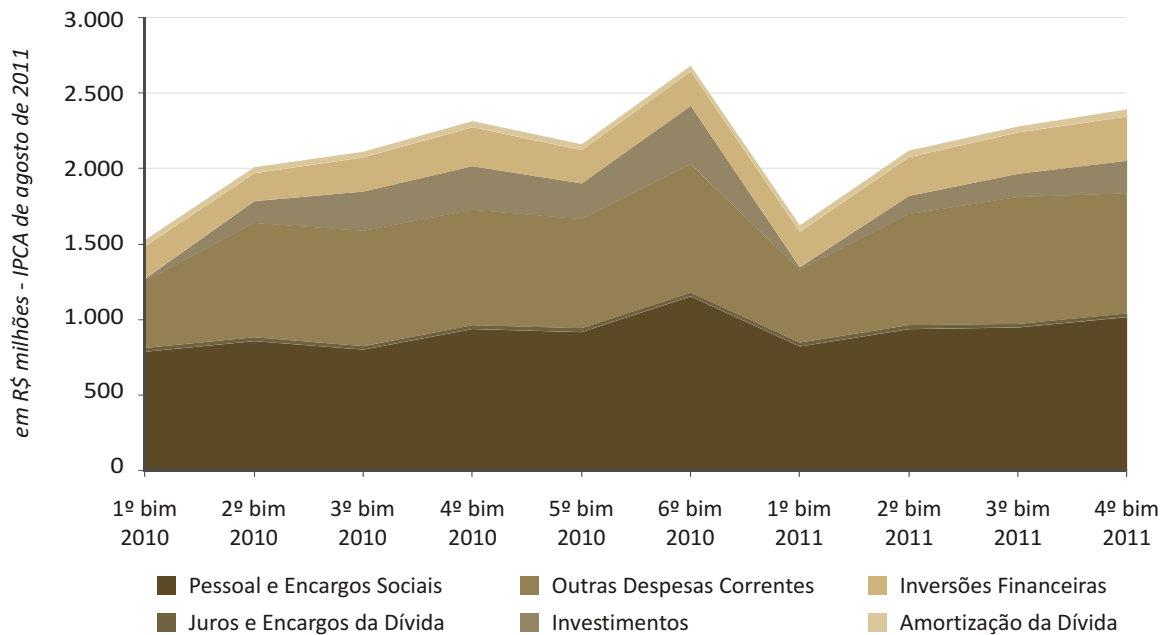
A trajetória bimestral da despesa total do estado do Espírito Santo (Gráfico 9) espelha a orientação traçada anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que determina que a programação orçamentária deve ser executada no máximo em três meses, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentária.⁴ Assim, o gasto estadual tende a ser menor nos primeiros meses do ano e maior nos últimos meses. O alto valor do 6º bimestre é explicado pelas despesas tradicionalmente executadas no mês de dezembro, tais como: pagamento de abono a todos os servidores públicos, pagamento do décimo terceiro salário para servidores que estão no primeiro ano de exercício da função,⁵ acertos com servidores temporários e fornecedores e prestadores de serviços.

⁴ http://www.planejamento.es.gov.br/default.asp?arq=diretriz_orcamento.

⁵ De acordo com a Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994, o servidor público deve receber o 13º vencimento no mês de seu aniversário. Entretanto, quando a posse e exercício da função se dão no decorrer do ano, o pagamento é realizado no mês de dezembro proporcionalmente aos meses de efetivo exercício da função. Por essa razão, os gastos com 13º tende a ser maior no último mês do ano.



Gráfico 09
Evolução bimestral da despesa total do estado do Espírito Santo por grupo de natureza



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Segundo as normas de classificação contábil vigentes, a despesa pública é composta por seis grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Juros e Encargos da Dívida, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortizações da Dívida. O Gráfico 9 mostra que os gastos com Pessoal e Encargos Sociais e as Outras Despesas Correntes respondem pela maior parte do dispêndio estadual. As Inversões financeiras aparecem como o terceiro principal destino dos recursos públicos, seguidas pelos investimentos. As despesas com o serviço da dívida (juros, encargos e amortizações) são os desembolsos de menor vulto.

A trajetória dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos requerem algumas considerações, que envolvem tanto o ajuste das informações financeiras como a lógica de transição político administrativa.

Observando os dados brutos, o gasto com Pessoal e Encargos Sociais parece ter crescido acentuadamente, enquanto as Outras Despesas Correntes seguiram o caminho inverso (Gráfico 10). Na verdade, as variações de ambas as despesas resultam de alterações contábeis.

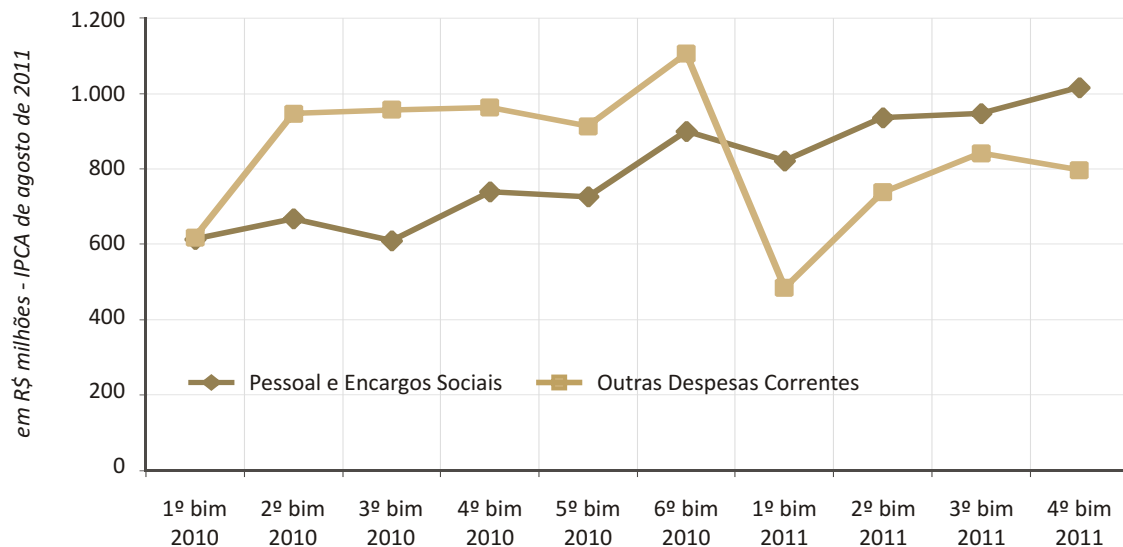
Desde 2007, os dispêndios com pensões, aposentadorias e reformas vinham sendo registradas em Outras Despesas Correntes por recomendação do Ministério da Previdência.⁶ Em 2011, seguindo a Portaria

⁶ GOBETTI, S.W.; KLERING, L.R. Índice de Responsabilidade Fiscal e Qualidade de Gestão: uma análise combinada baseada em indicadores de Estados e Municípios.



Interministerial nº 1 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF) de junho de 2010, o estado do Espírito Santo mudou a contabilização daqueles itens gerando aumentos na despesa com Pessoal e Encargos Sociais e queda nas Outras Despesas Correntes.

Gráfico 10
Evolução bimestral dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes



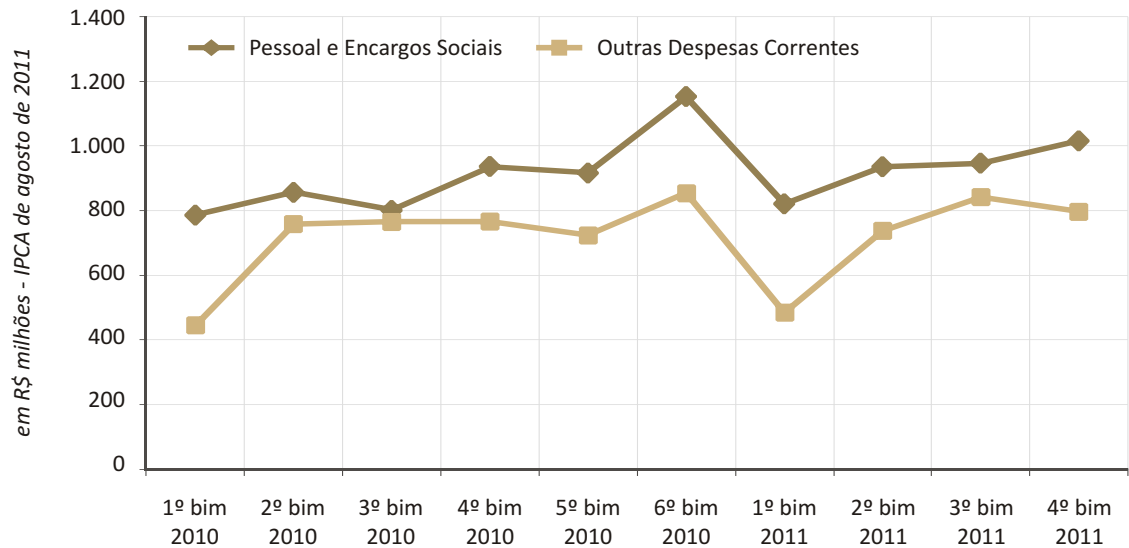
Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Adicionalmente, a rubrica outras despesas com pessoal decorrentes de contrato de terceirização foi excluída do grupo Pessoal e Encargos Sociais e incluída em Outras Despesas Correntes a partir de 2011, por determinação constante no Memorando nº 01/10 do Ministério do Planejamento, de 8 de julho de 2010.

Ao reclassificar as pensões, aposentadorias e reformas como despesa com Pessoal e Encargos Sociais e outras despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização como Outras Despesas Correntes no ano de 2010, os dois grupos de dispêndio apresentam uma trajetória de crescimento mais suave (Gráfico 11 e Tabela 5).



Gráfico 11
Evolução bimestral dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes após a reclassificação



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Tabela 05
Comparativo bimestral da despesa estadual

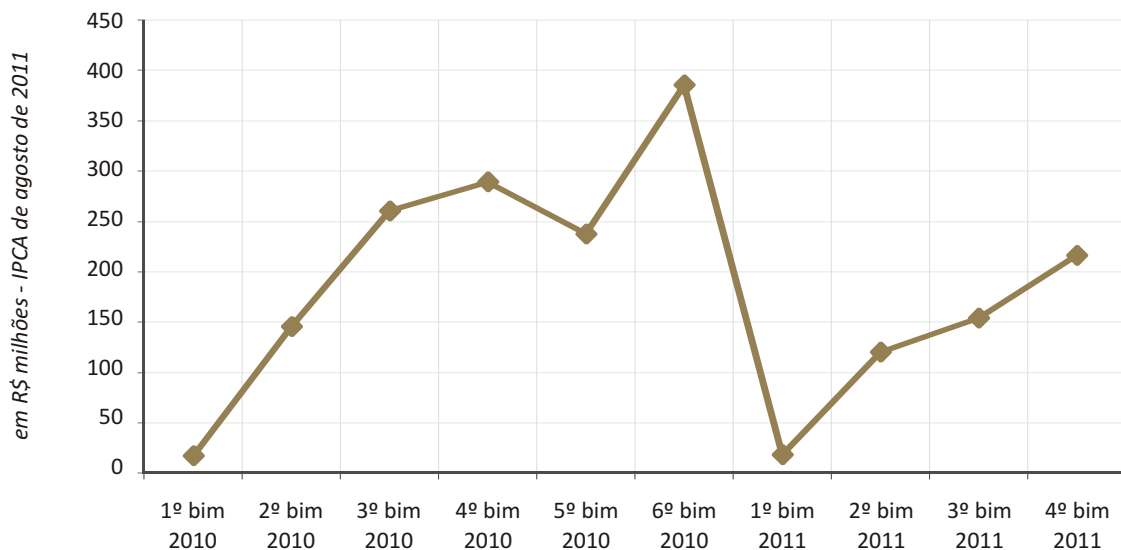
Despesas	Em R\$ milhões - IPCA de agosto de 2011									
	1º bimestre		2º bimestre		3º bimestre		4º bimestre		Acumulado	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Pessoal e Encargos Sociais	786,9	821,7	857,0	936,1	801,4	947,2	936,9	1.015,8	3.382,2	3.720,8
Juros e Encargos da Dívida	25,6	25,8	25,8	26,8	22,5	23,8	25,6	24,5	99,5	100,8
Outras Despesas Correntes	444,8	484,4	758,0	737,7	765,4	841,9	765,8	796,6	2.733,8	2.860,6
Investimentos	17,1	18,2	145,4	120,1	260,3	153,9	289,2	216,1	712,0	508,3
Inversões Financeiras	213,6	232,7	184,7	256,1	226,6	274,5	258,2	293,8	883,1	1.057,1
Amortização da Dívida	39,9	42,0	39,0	43,0	36,4	38,2	39,7	46,7	155,0	169,9
Despesa total	1.527,9	1.624,6	2.009,8	2.119,9	2.112,6	2.279,5	2.315,4	2.393,5	7.965,7	8.417,6

Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.



Os investimentos, por sua vez, exibem um patamar muito inferior aos verificados em 2010 (Gráfico 12 e Tabela 5). Esse comportamento reflete a lógica do período político administrativo, uma vez que no primeiro ano de mandato, a nova administração está definindo suas prioridades para os próximos anos e executando programas estabelecidos no Plano Plurianual pela gestão anterior. Tais fatos costumam se refletir num baixo nível de investimentos.

Gráfico 12
Evolução bimestral dos investimentos



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

3.1. Pessoal e Encargos Sociais

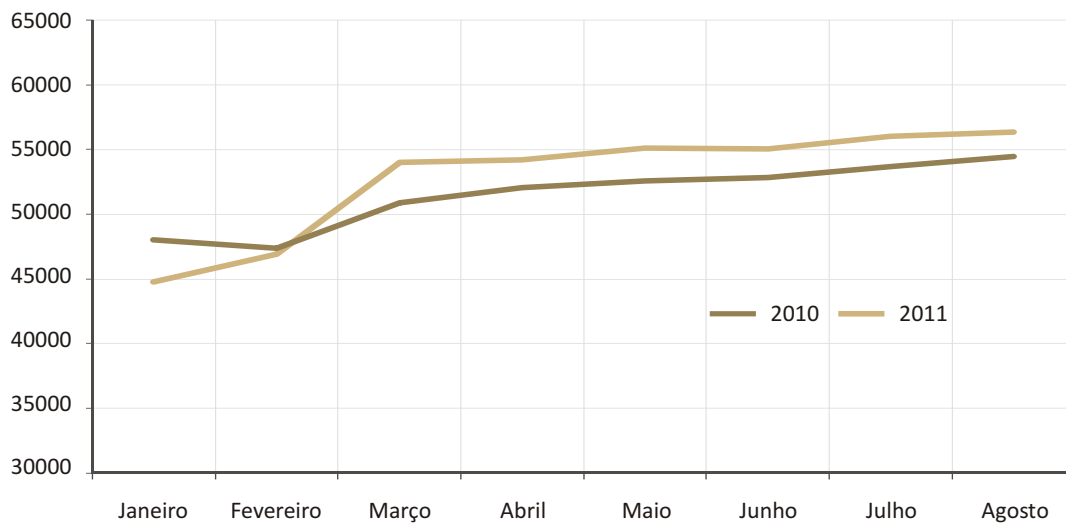
De janeiro a agosto de 2011, foram despendidos R\$ 3,72 bilhões com os funcionários públicos do estado do Espírito Santo. Desse total, R\$ 1,02 bilhão foram gastos no 4º bimestre. A taxa de crescimento da despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi de 10% no acumulado do ano e 8,4% no quarto bimestre, quando comparadas ao mesmo período de 2010.

Nas duas bases de comparação o aumento do gasto com Pessoal e Encargos Sociais foi influenciado pela ampliação da despesa com vencimento de pessoal civil e com aposentadorias e reformas. Embora não haja dados para todos os poderes, esse aumento segue a trajetória de expansão do número de servidores. No Poder Executivo, de acordo com os dados do Boletim Estatístico da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER),⁷ o quantitativo de funcionários ativos avançou de aproximadamente 54 mil em julho e agosto de 2010 para pouco mais de 56 mil nos mesmos meses em 2011 (Gráfico 13).

⁷ http://www.seger.es.gov.br/conteudo_download/boletim_estatistico/BE%20AGO11.pdf.



Gráfico 13
Evolução dos servidores ativos do Poder Executivo



Fonte: SEGER-ES
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

A expansão do quantitativo de servidores ativos guarda relação com os investimentos realizados em períodos anteriores. Assim que são concluídos, grande parte dos investimentos exige a contratação de pessoal para colocá-los em funcionamento.

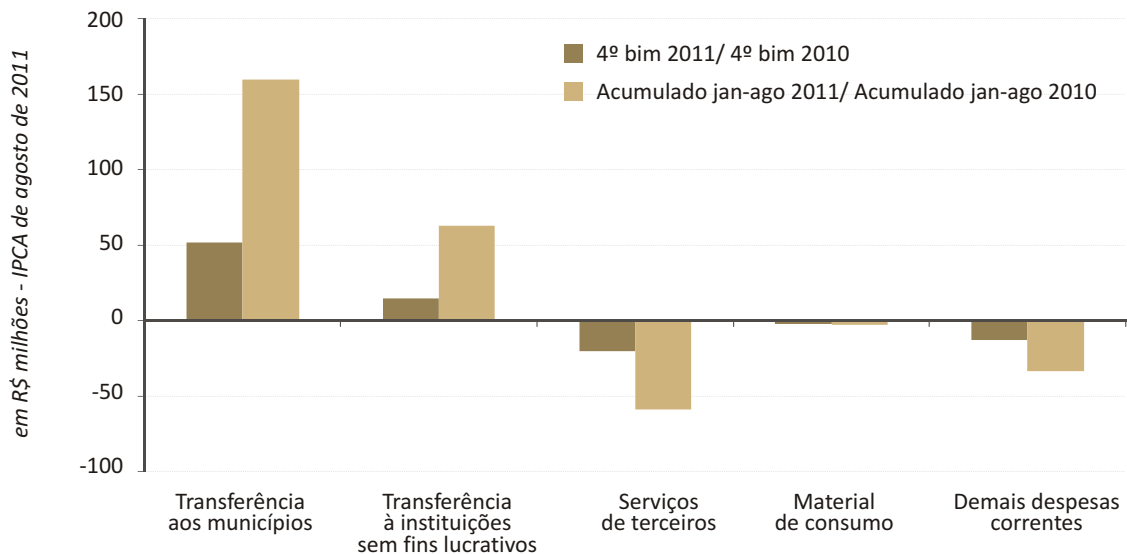
3.2. Outras Despesas Correntes

O grupo de dispêndio denominado Outras Despesas Correntes reúne uma lista de gastos bastante heterogêneos. Enquadram-se nesse grupo de despesas as transferências (aos municípios, a instituições sem fins lucrativos e instituições com fins lucrativos) os serviços de terceiros, o material de consumo, auxílios entre outros.

Entre janeiro e agosto de 2011, as Outras Despesas Correntes totalizaram R\$ 2,86 bilhões, apresentando um crescimento de 4,6% frente ao mesmo período do ano anterior. Essa ampliação é explicada, em grande medida, pelo avanço da transferência aos municípios, que teve um acréscimo de R\$ 159,5 milhões. Também contribuíram para esse aumento, o valor adicional de R\$ 62,8 milhões repassados a instituições privadas sem fins lucrativos (Gráfico 14).



Gráfico 14
Gastos adicionais com os principais itens de Outras Despesas Correntes



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

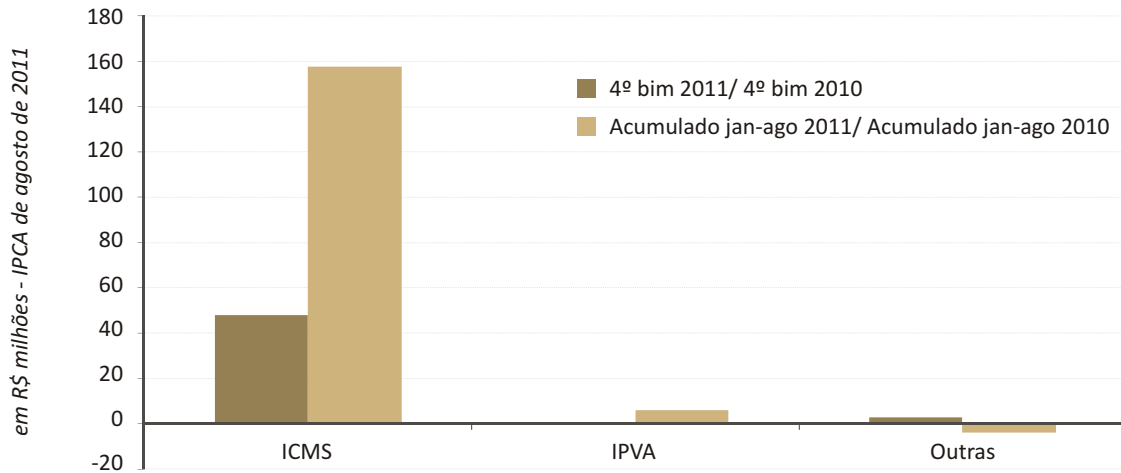
Colocando em foco apenas o quarto bimestre de 2010 e 2011, mais uma vez, a transferência aos municípios foi à principal responsável pelo crescimento de 4% em Outras Despesas Correntes. Dos adicionais de R\$ 55,7 milhões, a maior parte, R\$ 51,5 milhões, correspondeu a aumento nos repasses aos municípios.

3.2.1. Transferências a Municípios

Parte da receita do Estado é repassada aos municípios por determinação constitucional ou legal. No acumulado dos oito primeiros meses de 2011, as transferências aos municípios foram de R\$ 423,1 milhões. Os repasses elevaram-se expressivamente no acumulado do ano e no 4º bimestre quando comparados ao mesmo período de 2010, registrando aumentos de 10,5% e 13,9%, respectivamente. Como pode ser visto no Gráfico 15, esses aumentos são atribuídos ao avanço do ICMS em ambas as bases de comparação.



Gráfico 15
Gastos adicionais com transferências aos municípios



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

3.2.2 Serviços de Terceiros

O gasto com terceirização diminuiu ao longo de 2011. De janeiro a agosto o Estado despendeu R\$ 737,7 milhões com serviços de terceiros, valor -7,4% menor que a despesa realizada no mesmo período do ano anterior. Confrontado com o 4º bimestre de 2010 os desembolsos declinaram -7,7%. Em ambas as bases de comparação a retração foi determinada pela redução dos valores computados no item outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

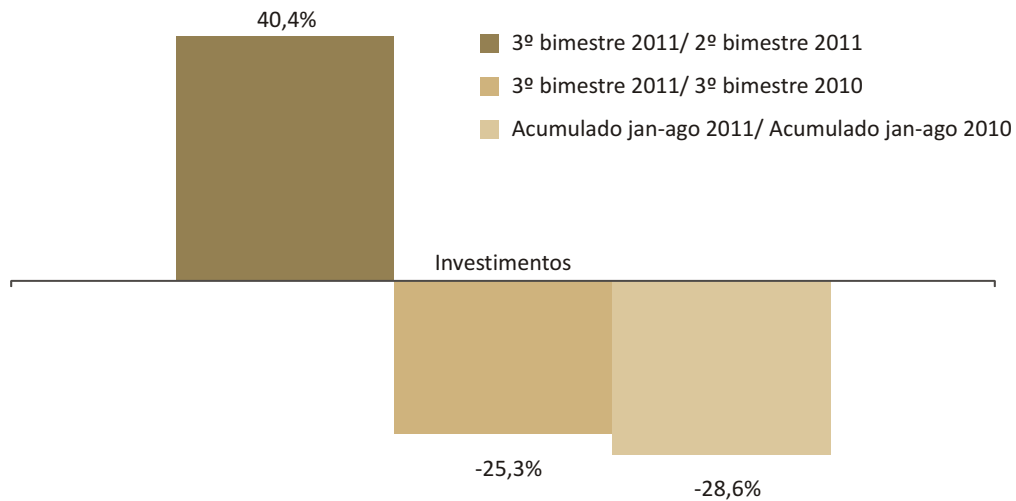
3.3 Investimentos

O comportamento dos investimentos públicos está estreitamente relacionado ao período político administrativo. De modo geral, no primeiro ano de administração os dirigentes públicos estão definindo as prioridades e tendem, portanto, a diminuir a velocidade de desembolso dos investimentos. Essa lógica pode ser verificada ao confrontar o 4º bimestre de 2011 com o mesmo período do ano anterior cuja retração foi de -25,3%. Ainda é confirmada pela comparação entre o acumulado de 2011 com o de 2010 cuja queda foi de -28,6%.



Ao longo de 2011, os investimentos têm aumentado. No quarto bimestre foram aplicados R\$ 216,1 milhões, aumento de 40,4% em relação ao bimestre anterior. A previsão é de aumento deste ritmo nos próximos bimestres, tendo em vista terem sido empenhados nos primeiros oito meses do ano R\$ 931,2 milhões do total do valor orçado para 2011 de R\$ 1.291,3 milhões.

Gráfico 16
Varição real dos investimentos



Fonte: SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN/SEFAZ-ES.

Coordenação Geral

. Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente

Editoração

Arthur Cerutti Quintanilha
João Vitor André

Assessoria de Relacionamento Institucional – ARIN

Coordenação

. Magnus William de Castro
Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN

Elaboração/IJSN

. Adriano do Carmo Santos
Economia do Setor Público e do Bem-Estar
. Kamila Ghelardi Baião
Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Elaboração/Secretaria de Estado da Fazenda

. André Luiz Fundão Maioli
. Gerência de Finanças
. Daniel Corrêa
. Gerência de Finanças
. Julierme Gomes Tosta
. Gerência de Finanças
. Marcus Monte Mor Rangel
. Gerência de Finanças
